



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Ciências da Educação
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA



MILENA MAREDMI CORRÊA TEIXEIRA

**A CRIAÇÃO DE REGULAMENTOS PARA UNIDADES DE INFORMAÇÃO:
O GPCIn E SEU REGIMENTO**

Florianópolis, 2013

MILENA MAREDMI CORRÊA TEIXEIRA

**A CRIAÇÃO DE REGULAMENTOS PARA UNIDADES DE INFORMAÇÃO:
O GPCIn e seu regimento.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Profa. Elizete Vieira Vitorino.

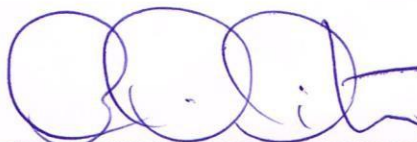
Florianópolis, 2013

Acadêmica: Milena Maredmi Corrêa Teixeira

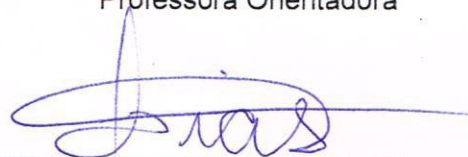
Título: **A CRIAÇÃO DE REGULAMENTOS PARA UNIDADES DE
INFORMAÇÃO: O GPCIn e seu regimento.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, aprovado com nota 7,0.

Florianópolis, 29 de novembro de 2013.



Elizete V. Vitorino, Profa. Dra. UFSC
Professora Orientadora



Marli Dias, Profa. Dra. UFSC
Membro da Banca Examinadora



William B. Vianna, Prof. Dr. UFSC
Membro da Banca Examinadora

Ficha catalográfica elaborada pela acadêmica Milena M. Correa Teixeira

T266r

TEIXEIRA, Milena Maredmi Corrêa. A CRIAÇÃO DE REGULAMENTOS PARA UNIDADES DE INFORMAÇÃO: O GPCIn e seu regimento / Milena Maredmi Corrêa Teixeira ; Orientadora, Elizete Vieira Vitorino - Florianópolis, SC, 2013. 40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Graduação em Biblioteconomia. Inclui referências.

1. Biblioteconomia. 2. Regulamento - Regimento. 3. Normalização - Processos. 4. Grupos de Pesquisa. 5. Núcleos de Pesquisa. I. Vitorino, Elizete Vieira. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Biblioteconomia. III. Título.

CDU 025. 5

Esta obra é licenciada por uma licença Creative Commons de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5



Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra;
- criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

- Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original.
- Uso não-comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

Dedico esse trabalho a minha avó Luiza: Anjo na minha vida.
Não se pode ter a cabeça erguida sobre os homens, sem antes tê-la baixado sobre os livros.

Rubens Alves

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu a oportunidade de nascer e crescer sentindo sua presença e por ter permitido que eu pudesse chegar aonde cheguei.

A minha orientadora Profa. Dra. Elizete V. Vitorino, que com atenção respondia meus e-mails ansiosos, que me orientou me auxiliando em cada passo, me dando a honra e oportunidade de aprender com ela, não tenho palavras para descrever minha admiração.

Aos meus avôs maternos Luiza e Manoel Corrêa que me deram todo amor e educação que uma criança poderia e gostaria de receber.

Aos meus pais Margareth Corrêa e João Garcia que me encaminham, amparam e estão comigo em qualquer situação. Ao meu irmão Guilherme que me socorre quando é preciso. Aos meus filhos Isabella e Fábio Corrêa que são minha força e alegria para levantar todos os dias e continuar.

Ao amor da minha vida, Kaio Felipe Dutra, que tem me acolhido com a paciência, o carinho e amizade diária necessária para nossa vida e compartilhou comigo seu amor para que eu pudesse desenvolver este trabalho.

A melhor amiga do mundo Fernanda Moreira, a quem admiro grandemente como profissional e mulher, o meu obrigado pela amizade sincera.

E minha irmã Caroline Correa que me inspira com coragem todos os dias.

Agradeço do fundo do meu coração a minha banca, em especial a professora Marli Dias, por vários aprendizados em sala de aula

- sei que os levarei para vida toda -

e aos demais membros, por ter dispensado o seu tempo de outras atividades e aceito ao nosso convite fazendo a leitura dessa monografia.

“Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana

RESUMO

A pesquisa que norteou este trabalho, teve como tema central, desenvolver um regimento interno para auxiliar nos processos de gestão do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência Informacional (GPCIn), desenvolvendo uma análise comparativa dos regimentos das universidades federais brasileiras, com foco na Universidade Federal de Santa Catarina, verificando se os grupos e núcleos de pesquisa possuem regimento e por consequência, se estão institucionalizados dentro da UFSC. A metodologia que foi utilizada para formalizar os procedimentos desse trabalho foi à pesquisa documental de abordagem qualitativa. E por meio dessas ferramentas, efetivou-se uma revisão bibliográfica em livros, artigos científicos e periódicos impressos e online, bem como a leitura de todos os regimentos e estatutos das universidades federais, além de visitas em loco nos centros da UFSC, para verificar a existência de regimento ou algum documento que regulamentasse atividades dos núcleos. Também realizamos uma entrevista com o coordenador da pro - reitoria de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, para saber como funcionava os procedimentos de inclusão dos Grupos e Núcleos no diretório de pesquisa do CNPq e atualização dos mesmos na UFSC. A pesquisa atendeu seus objetivos de modo que revisamos e comparamos os regimentos para que pudéssemos sugerir uma minuta para o Núcleo (GPCIn). Espera-se que essa pesquisa possa mostrar a importância do regimento para unidades de informação e para os núcleos e grupos de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina.

Palavras Chave: Regimento - Regulamento; Grupos e Núcleos de pesquisa; Normalização; Unidades de informação.

ABSTRACT

The research that guided this work had the excellent theme, Contribute to the organization of the management processes of the Center for Studies and Research in Competence Informational (GPCIn), Developing a comparative analysis of the regiments of the Brazilian federal universities, focusing at the Federal University of Santa Catarina, checking the groups and research centers have regiment and consequently, They are institutionalized Within the UFSC. The methodology that was used to formalize the procedures of this study were to document research with a qualitative approach and through this too, the revision was accomplished on books, scientific articles and periodicals printed and online, as well as reading all regiments and federal statutes universities, as well as site visits to centers of UFSC, to VERIFY the existence of any document or bylaws regulating activity of the nuclei. We Also Conducted an interview with the coordinator of the prorector of research at the Federal University of Santa Catarina, to know how to work procedures inclusion Groups and Centers directory CNPq research and update Them at UFSC. The study met its objectives so that revision Samos and the regiments Compared That Could suggest a draft for the Core (GPCIn). It is hoped this research can show the The Importance of the regiment to information units and the core research groups and the Federal University of Santa Catarina.

Keywords: Rules - Rules; Groups and Centers of research; Standardization; Information units.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGES	Faculdades AGES
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Ensino Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações.
CED	Centro de Ciências da Educação
CIN	Departamento de Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa
GPCIn	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência Informacional
MEC	Ministério da Educação
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROPESQ	Pró Reitoria de pesquisa
SEGeT	Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 JUSTIFICATIVA.....	15
3 OBJETIVOS	18
OBJETIVO GERAL.....	18
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
4 ASPECTOS CONCEITUAIS	19
A ORGANIZAÇÃO DE PROCESSOS EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DOS REGIMETOS	19
NUCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA EM UNIVERSIDADES	22
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	26
6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	29
A UFSC E OS NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA	29
PROPOSIÇÃO DA CRIAÇÃO DE UM REGIMENTO PARA O GPCIn	32
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXO.	43
APÊNDICES.....	45

1 INTRODUÇÃO

A informação constitui parte de um processo de comunicação. O termo informação é conceituado por vários autores, entre eles, Wurman (1995, p.43), o qual entende que esse termo só pode ser aplicado àquilo que leva à compreensão, ou seja, “o que constitui informação para uma pessoa pode não passar de dados para outra”.

Comenta Setzer (1999, p.3), que “informação é uma abstração informal (isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que está na mente de alguém, representando algo significativo para essa pessoa [...]”

Portanto, para que a informação alcance o seu destino com precisão, ela deve ser tratada e filtrada, possibilitando a ligação entre os usuários da mesma.

Dessa forma, e diante dessa sociedade informacional, “observa-se que a base de todo o conhecimento e poder que hoje circula pela Internet é a informação que, para ter valor de conhecimento, precisa ser organizada e devidamente armazenada para, então, ser distribuída” (SOBRINHO, 2007, p.4).

Por consequência e para atender, principalmente a demanda de “organização e tratamento” da informação, foram criadas as unidades de informação. Essas organizações, segundo Valentin (2002, p. 3),

são formadas por três diferentes ambientes: o primeiro está ligado, as inter-relações entre as diferentes unidades de trabalho como diretorias, gerências, divisões, departamentos [...]; O segundo está relacionado à estrutura de recursos humanos, isto é, as relações entre pessoas das diferentes unidades de trabalho e, o terceiro e último, é composto pela estrutura informacional.

As unidades de informação se constituem em local físico ou online onde prestam-se serviços de informação e, segundo Romani e Borszcz (2006, p.12) unidades de informação são “grupos ou organismos com as mesmas finalidades, onde a troca de informação é feita de maneira organizada e regular por meio de padronização e compartilhamento de tarefas e recursos”.

Ainda, para Tarapanoff et al. (2000, p.2) “as unidades de informação foram e são, tradicionalmente, organizações sociais sem fins lucrativos, cuja caracterís-

tica como unidade de negócio é a prestação de serviços, para os indivíduos e a sociedade”. E essa prestação de serviço emerge, principalmente, no meio escolar, onde alunos e/ou usuários buscam serviços nestas unidades (bibliotecas, escolares, universitárias, especializadas, etc.) e a sociedade que desfruta dos profissionais que ali atuam:

Nas universidades, estas unidades podem estar caracterizadas na forma de bibliotecas, centros, museus, arquivos e também em institutos, núcleos ou grupos, os quais contribuem para a pesquisa, ensino, extensão e para a sociedade. O acesso amplo à informação resulta em um uso crescente que beneficia a sociedade como um todo, e não apenas partes desta sociedade (YOUNG, 1994, apud TARAPANOFF et al., 2000, p. 2)

A importância dessas unidades é tão grande, que nas universidades criou-se o termo pesquisa e extensão, expresso no artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988. Descreveu Magnani [200-] que o “decreto de nº 2.207/97 e o de nº 2.306/97 orientam que as universidades, na forma do disposto no artigo 207 da Constituição Federal, caracterizam-se pela *indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão [...]*”. Sob essa perspectiva,

ensino corresponde às atividades de formação profissional; a pesquisa produção de conhecimento; e o comprometimento com as atividades sociais equivale à extensão. Este entrelaçamento de ensino, pesquisa e extensão proporcionam condições para geração e transmissão de conhecimento científico. (LOPES apud SANTOS; LIMA; TRINDADE, 2010, p. 5)

Nesta mesma direção, Demo (1999), defende a importância da produção do conhecimento criativo e crítico como princípio de formação superior, os quais são obtidos à medida que se utilizam os recursos informacionais disponibilizados nas unidades de informação existentes nas universidades.

Concordam com Demo (1999) Almeida e Costa; Freitas (2010). Para eles, “o ensino depende da pesquisa para sustentá-lo e aprimorá-lo, mas também precisa da extensão para fazê-lo chegar até a comunidade e torná-lo aplicável”. Para que essas informações sejam empregadas, se fazem necessários regimentos e regulamentos que favoreçam a organização dos procedimentos nas unidades de informação.

Portanto, cada processo deve abranger um conjunto de conceitos e referenciais que ofereçam condições de compreender a realidade organizacional e os instrumentos para agir sobre ela, aprimorando-a até o usuário, pois é este último

“elo do processo” quem deseja a informação relevante para sua busca. (DUTRA, 2004).

O tema orientador dessa pesquisa é a importância desses regulamentos, e da padronização e organização dos processos nas unidades informacionais, tendo como produto final o regimento interno de uma unidade de informação específica: o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência informacional (GPCIn).

E para atingir o propósito maior de favorecer o acesso aos acervos deste Núcleo, para a execução das atividades e dos serviços dessa unidade é imprescindível para a sua credibilidade e funcionamento a criação de regras de atuação e de gestão de seus processos. Segundo Chiavenato (2000, p.198) “a normalização serve para unificar as ações, e assegurar os procedimentos”.

Para que as atividades do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência Informacional, sejam “normalizadas”, faz-se necessário que seus procedimentos sejam descritos num documento a fim de proporcionar credibilidade para o Núcleo. Para isso, estamos propondo um regimento para o GPCIn, o qual se caracteriza pela formalização de procedimentos possibilitando condições à institucionalização do GPCIn no âmbito da UFSC como unidade de informação.

O regimento que se propõe como resultado desta pesquisa, está embasado num estudo dos núcleos e grupos de ensino, pesquisa e extensão, existentes nas universidades federais do Brasil e em particular, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na caracterização destes segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) bem como nos objetivos do GPCIn, na análise das atividades, ali desenvolvidas, demandas, acervos e questões vinculadas ao acesso à informação, considerando que o GPCIn é também uma unidade de informação.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência Informacional (GPCIn) foi criado no ano de 2006, com o propósito de reunir e divulgar conteúdos, pesquisadores, atualidades e notícias que envolvem a temática, bem como servir de espaço para comunicar as pesquisas realizadas pelo Núcleo. O grupo “Competência Informacional - GPCIn” está cadastrado no CNPq¹ e está certificado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

¹ Disponível

em: <<http://plsql1.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043607R1DMU3F>>

Para alcançar os resultados pretendidos, este trabalho está organizado da seguinte forma, a partir desta introdução. No capítulo dois, são apresentadas as justificativas que levaram à realização desta pesquisa e a importância do mesmo para Biblioteconomia e para UFSC, como um todo.

No capítulo três, estão os objetivos a serem alcançados com essa pesquisa. No capítulo quatro, os aspectos conceituais são apresentados demonstrando a revisão de literatura elaborada para o embasamento dessa pesquisa. No capítulo cinco, os procedimentos metodológicos para realização da mesma são descritos bem como o método e técnica empregada para a sustentação e desenvolvimento da mesma além dos procedimentos empregados na análise das universidades e seus grupos de pesquisa.

No capítulo seis, são apresentados os resultados da pesquisa. As considerações finais são indicadas no capítulo sete, e por fim, apresentam-se as referências utilizadas neste trabalho, os apêndices e o anexo, os quais estão subdivididos da seguinte forma: o apêndice “A” inclui a lista dos Núcleos e Grupos de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com os respectivos endereços para acesso na internet; o apêndice “B” consta a lista das universidades federais e seus regimentos, com seu respectivo endereço na internet; o apêndice “C” inclui a minuta de regimento proposta para o GPCIn, e, o anexo, a distribuição dos grupos de pesquisa em todas as universidades brasileiras, segundo os dados do CNPq.

2 JUSTIFICATIVA

*O conhecimento é de duas espécies. Podemos conhecer nós mesmos um assunto ou saber onde podemos encontrar informações a respeito.*²

A realização desta pesquisa tem cunho social e se justifica, pois, em uma instituição de ensino superior, a importância da pesquisa é inquestionável. “Trata-se de um mecanismo altamente representativo para a capacitação dos professores e a para formação dos estudantes” (AGES, 2013). Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a pesquisa reflete não só na autoridade da instituição, como uma das maiores universidades do sul do Brasil, mas também no “perfil do profissional do novo século, que exige algumas características fundamentais como o domínio do conhecimento e a habilidade na seleção da informação” (AGES, 2013).

Uma dessas habilidades esta ligada a gestão de unidades de informação, pois esta se caracteriza como “fator determinante no sucesso de uma unidade de informação” (RAMOS, 1996, p.1).

No curso de Biblioteconomia da UFSC, a gestão da informação apresenta-se sob diversas formas no currículo do curso. Mais da metade das disciplinas são direcionadas para a gestão da informação e unidades de informação³, para futuros profissionais gestores da informação. Para Souza (2002, p.132)

o colegiado do curso [...] tem tido o convencimento da importância deste tipo de informação e conteúdo [...] os bibliotecários, ao saírem da escola, devem ter como parte do seu conjunto de instrumentos de ação, a noção precisa do alcance social de seu trabalho, tanto no âmbito de sua categoria profissional, quanto no âmbito mais amplo da sociedade onde atua.

Os futuros bibliotecários, ao receberem formação voltada à gestão de processos, estarão aptos, segundo Le Coadic (2003, p.106) a organizarem, descreverem, indexarem, armazenarem, recuperarem e a distribuírem em sua forma

² Samuel Johnson (1709-1784) foi escritor, pensador e lexicógrafo inglês.

³ Disponível em:< <http://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=324>>

original ou como produtos elaborados a partir da informação registrada em diferentes suportes.

Para isso os professores por meio do ensino, procuram promover esta formação nos alunos do curso, além da prática investigativa e o domínio de técnicas de pesquisa.

Um dos ambientes em que os alunos podem exercer várias atividades, como por exemplo, as de pesquisa, são os núcleos institucionalizados nas universidades que desempenham papéis fundamentais na formação dos alunos:

Em sintonia com esta perspectiva, a nucleação foi pensada como um veículo destinado a aperfeiçoar as atividades e os resultados de pesquisa da Instituição, tendo em vista uma meta: o florescimento de grupos de pesquisa como ambientes propícios e férteis para o desenvolvimento profissional e acadêmico de professores, alunos e pessoal técnico-administrativo que deles participarem, integrando a pesquisa, o ensino e a extensão (AGES, 2013).

Estes núcleos e grupos de pesquisa estabelecem critérios para que o aluno na prática possa exercer suas atividades de maneira organizada, pois por meio de bolsas como do CNPq, por exemplo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), estes executam a pesquisa, de acordo com atividades pré-estabelecidas.

Cada atividade realizada gera não só conhecimento, mas um produto, que para Davenport (1998) consistem em um conjunto de ações ordenadas e integradas para um fim específico, ao final do qual serão gerados novos conhecimentos.

Uma maneira de contribuir para que esse método possa ser efetivado de maneira tal que se possa executar atividades de forma organizada é a criação de [...] “documentos, rotinas, normas, procedimentos e instruções para tudo o que se faz numa organização” (SEGeT, 2007, p.3).

Sendo assim, regras são criadas para colocar ordem, disciplina, prioridade para executar tarefas (organização) e estabelecer padrões de planejamento, execução e controle do desempenho organizacional (SEGeT, 2007, p. 4).

Portanto, um regimento para unidades de informação deve ser um documento que caracteriza essa unidade, enfatizando o respeito, a índole, e a credibilidade da informação para seus usuários, clientes, e por todos aqueles que buscam informação sobre tal unidade de informação, seja ela física ou online:

O Regimento Interno é o documento que detalha a estrutura organizacional interna de cada órgão [...] mediante a descrição de seus diversos

níveis hierárquicos e as respectivas competências das unidades organizacionais. Define, também, as incumbências dos titulares das unidades organizacionais [...] (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011, p.2).

Deste modo esses núcleos informacionais estão amparados por normativas legais que norteiam como serão executadas as suas atividades, e suas obrigações, como regras e penalidades, comuns a todos que se dispuserem a fazer parte destas.

Acredita-se que esse estudo mostrará a importância do regimento para qualquer organização, não somente aquelas vinculadas a órgãos públicos, e que tal documento trará benefícios para o GPCIn, e outros Núcleos de pesquisa, já que resguardará os interesses de ambas as partes do Núcleo e dos usuários deste. Esse regimento formalizará atividades, e será um instrumento legal para futuras ações do GPCIn.

3 OBJETIVOS

Neste capítulo abordaram-se os objetivos que delinearam a execução dessa pesquisa. Tais objetivos foram fundamentados na execução deste trabalho.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver um regimento interno para o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Competência Informacional (GPCIn).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) caracterizar, segundo a literatura, a organização em unidades de informação, seus processos administrativos e regimentos internos;
- b) caracterizar, segundo a literatura, núcleos e grupos de pesquisa vinculados às universidades federais e a UFSC;
- c) apresentar uma minuta de um regimento para o GPCIn.

4 ASPECTOS CONCEITUAIS

Neste tópico trataremos da contextualização das organizações e seus serviços, dos grupos e núcleos de pesquisa e seus regimentos.

A ORGANIZAÇÃO DE PROCESSOS EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DOS REGIMENTOS

O sucesso em qualquer empreendimento depende de planejamento, de organização, seja ele fornecedor de produtos ou serviços. Para oferecer serviços de qualidade, uma organização precisa de processos estruturados de forma a oferecer recursos para seus clientes e/ou usuários. Na visão de Kotler (2002, p.191) “serviço é qualquer atividade ou benefício que uma parte possa oferecer a outra, que seja essencialmente intangível e que não resulte propriedade de alguma coisa. Sua produção pode ou não estar ligada a um produto físico”.

Desse modo, unidades de informação têm em sua característica satisfazer o usuário que busca por um serviço, seja ele de informação ou não, o que na percepção de Cunha e Cavalcanti (2008 apud CALDEIRA, 2009, p.01) significa “entidade encarregada de adquirir, processar, armazenar e disseminar informações com o objetivo de satisfazer as necessidades de informação dos usuários”.

As unidades de informação constituem-se no local físico onde estão armazenados recursos informacionais e onde são prestados serviços de informação de diversas naturezas.

Sendo assim, de que maneira as unidades de informação prestadoras de serviço tratam a questão da busca pela informação? Sustenta Porter (1989), que a competitividade de uma empresa no mercado, está em sua capacidade de compatibilizar suas atividades. Então, é certo que mecanismos operacionais, como é o caso de regulamentos e regimentos, são úteis para esse fim, pois é o conjunto de regras que favorecem a prestação dos serviços de informação;

Comenta Silva (2012, p.28-29),

Hoje os procedimentos documentados através do papel ou eletronicamente é que fazem memória e para isso conta-se com organismos, governamentais ou não, que auxiliam na elaboração de procedimentos documentados, através de normas técnicas, como a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e a ISO - International Organization for standardization

Para isso os gestores de unidades de informação, necessitam de habilidades para disseminar os serviços, de modo que o cliente e/ou usuário reconheça o que está buscando, o que é informação de qualidade e o bem oferecido possa corresponder às expectativas dos que buscam o serviço de determinada organização. Para Dias et al. (2008, p.5),

o papel dos gestores é de fundamental importância para a disseminação da cultura de serviço interno, para a redução das fronteiras entre as diferentes áreas [...] e na construção de um ambiente de trabalho mais humanizado, cooperativo e estimulante.

Na visão de Eduvirges (2013, p.2), os profissionais com uma formação acadêmica, e que atuarão no mundo do trabalho, devem estar aptos para gerenciar recursos e atividades ligados a sua área de atuação. No mesmo pensamento, Ramos (1996, p.4) enfatiza que “organizar bem uma unidade de informação significa prepará-la para o cumprimento de funções básicas que justifiquem a sua existência [...] entre elas: desenvolver ferramentas e métodos de trabalho eficazes e eficientes”. Um desses métodos eficazes são documentos que formalizem atividades, políticas que normalizem trabalhos, para que a execução dos projetos propostos seja permeada pela continuidade da eficiência e qualidade.

O regimento interno de uma organização é o documento que responde a atividades propostas pela organização. Constituindo uma ferramenta auxiliar no processo de organização, de estrutura administrativa da mesma, de forma que alcance um resultado eficaz para a unidade de informação e, neste caso, para o GPCIn, o qual consideramos se caracterizar como uma unidade ou núcleo informacional.

Segundo o guia para elaboração de regimento interno da secretaria de Estado do Distrito Federal ⁴ (2012),

⁴ SEPLAN: Disponível em: http://www.seplan.df.gov.br/planejamento-e-orcamento/manuais/modernizacao-da-gestao/doc_download/321-guia-para-elaboracao-de-regimento-interno.html.

o regimento interno é um complemento de atos normativos que definem a estrutura administrativa [...] sendo o regimento interno um importante instrumento para a consolidação da autogestão de modo a regulamentar como se dará o funcionamento do órgão visando o cumprimento de sua função [...]

O Bibliotecário, por meio da formação⁵, adquire domínio de técnica e habilidade (ver figura 1) de gerir esse volume de informações em organizações em geral, sejam elas educacionais governamentais ou empresariais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
Dentre as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia enumeram-se as típicas desse nível de formação.	
Gerais	Específicas
Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los	Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente
Formular e executar políticas institucionais	Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação
Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos	Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza
Utilizar racionalmente os recursos disponíveis	Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação
Desenvolver e utilizar novas tecnologias;	Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação
Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação	
Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres	
Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.	

Figura 1: Competências e habilidades do bibliotecário, segundo as diretrizes curriculares.

⁵ Diretrizes curriculares do bibliotecário. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

O Bibliotecário é o profissional, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que pertence à “família nº 2.612, Profissionais da informação 2612-05 – Bibliotecário, Bibliógrafo, Biblioteconomista, Cientista de informação, Consultor de informação, Especialista de informação, Gerente de informação, Gestor de informação”. Isso significa, que a sua formação o torna capacitado (ou deveria capacitar) para organizar, orientar uma busca, normalizar, disseminar ideias e informações. O bibliotecário é o profissional que auxilia no controle dessa qualidade, na gerência dos recursos para se obter a informação necessária e precisa. Dessa forma, Miranda (2004, p.2) argumenta:

a informação ganha importância primordial na produção. Não se pode lidar com eventos e inovações sem informação e conhecimento, sobre um conjunto cada vez maior de operações. Como nessa lógica a informação é um fator de produção, é possível falar de um tipo de competência específica, qual seja a competência para lidar com a informação – a competência informacional.

Portanto, a orientação da universidade, por intermédio das práticas de gestão e pesquisa, como também, bolsas de ensino, pesquisa e extensão, por meio de grupos e núcleos de pesquisa, favorece o acesso do futuro bibliotecário no mercado, de modo que esteja apto para exercer o que lhe é proposto não apenas pela ocupação, mas por ser um profissional de excelência e com um diferencial no mundo do trabalho.

NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA EM UNIVERSIDADES

Para que seja possível a integração dos futuros profissionais com o mundo do trabalho, as universidades contam com professores, os quais têm a função de orientar, auxiliar e direcionar ao mercado, os futuros profissionais de qualquer área de atuação, e isto ocorre igualmente, com o bibliotecário. Menciona Demo (1994, p.53), que “quando a transmissão é adequada, quer dizer, feita por alguém produtivo, existe instrução, aprendizagem, fenômenos relevantes em si [...]”. Os professores são, portanto, condutores na formação de opiniões nas universidades, na sala de aula, em palestras e ainda quando vinculados a diversos Núcleos e Grupos de Pesquisa, exercem em conjunto com os alunos parcerias em proje-

tos existentes no país e no exterior. Aponta Rocha (2000, p. 43), que o profissional bibliotecário “[...] no processo de conscientização e busca, vai descobrindo a dimensão de suas possibilidades e necessidades, bem como as formas de superá-las, mediante sua participação na sociedade”.

Esses vínculos possibilitam aos professores e a seus orientandos a inserção em diferentes meios acadêmicos de produção intelectual, os quais se materializam, em empreendimentos coletivos de pesquisa, eventos científicos e publicações. Também direcionam esforços em termos de produção científica, artística e cultural, a mercê do desempenho dos professores, alunos, pesquisadores e das avaliações levadas as pró - reitorias de pesquisa e à universidade.

Os grupos de pesquisa são “certificados” pelas universidades e cadastrados no CNPq⁶ e congregam professores e alunos de diversas universidades em torno de temas pertinentes aos grupos de sociabilidades e seus espaços sociais em diversas áreas do conhecimento. Segundo Durham (1998 p. 3),

no Brasil, até a década de vinte, o sistema de ensino superior, foi formado por escolas autônomas, voltadas para a formação de profissionais liberais (como advogados, médicos, engenheiros, agrônomos) e a pesquisa dependeu muito de institutos, nacionais ou estaduais, boa parte dos quais voltados para investigações de interesse do país [...]

Hoje, por outro lado, a pesquisa é parte da universidade assim como os alunos são parte do universo escolar. Para Durham (1998, p.4), dois fatores foram responsáveis pelo alto prestígio de que gozavam, na opinião pública em geral, as universidades federais: pesquisa e qualidade de ensino. Atualmente pode-se afirmar que as universidades públicas constituem o suporte para pesquisa e formação de pesquisadores no Brasil e a maioria paralelamente a isto, esta associada aos Núcleos e Grupos de pesquisa ali criados.

A atuação de docentes e alunos no meio acadêmico brasileiro, demonstrando suas trocas intelectuais e seus diálogos com profissionais de diferentes instituições em Núcleos e Grupos de pesquisa são relevantes tanto na instituição como na sociedade de um modo geral.

Segundo a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, 2010), Grupo de pesquisa é a nomenclatura atribuída ao grupo de pesquisadores e estudantes

⁶ Diretório de pesquisa do CNPq. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/infogeral/index.html>. Acesso em: 04 dez. 2013.

que se organizam em torno de uma ou mais linhas de pesquisa de uma área do conhecimento, com o objetivo central de desenvolver pesquisa científica.

Para a UFES (2010),

há no grupo de pesquisa o envolvimento profissional e permanente com atividades de pesquisa sendo que o trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos. São as unidades básicas para o planejamento e o acompanhamento das atividades de pesquisa na Universidade.

O grupo de pesquisa é definido como um conjunto de indivíduos organizados em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças (Líder e Vice-Líder do Grupo de Pesquisa). Trata-se de um grupo de pesquisadores, estudantes (bolsistas ou alunos voluntários) e pessoal de apoio técnico, que está organizado em torno da execução de linhas de pesquisa, segundo uma regra hierárquica fundada na experiência e na competência técnico-científica (CNPq, 2013).

Outras formas de dar credibilidade aos serviços oferecidos nas universidades é o fortalecimento da capacidade institucional, por meio de determinadas ações que enfatizam na legislação e por medidas organizacionais para o aprimoramento da administração, organizando assim, um sistema de atividades institucional. De acordo com o decreto 6.944, de 21 de agosto de 2009, o fortalecimento da capacidade institucional é tratado no Art. 2º, o qual estabelece que,

o fortalecimento da capacidade institucional será alcançado por intermédio: I - da criação e transformação de cargos e funções, ou de sua extinção, quando vagos; II - da criação, reorganização e extinção de órgãos e entidades; III - da realização de concursos públicos e provimento de cargos e empregos públicos; IV - da aprovação e revisão de estrutura regimental e de estatuto. (BRASIL, 2009)

Além disso, no mesmo decreto, o Art. 1º, considera o

fortalecimento da capacidade institucional o conjunto de medidas que propicie aos órgãos ou entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a melhoria das suas condições de funcionamento, compreendendo as de caráter organizacional, que lhes proporcionem melhor desempenho no exercício de suas competências institucionais, especialmente na execução dos programas[...] (BRASIL, 2009)

Na visão de Miorin (2006, p.2) “considera-se como objetivo na temática, Grupos de Pesquisa, o desejo e a necessidade de se ter o conhecimento e o domínio da informação a respeito das ações de pesquisa e da massa crítica em ati-

vidade no País”. E isso ocorrerá à medida que as universidades formalizem os grupos de pesquisas e os núcleos, pois, afinal são unidades de informação que prestam serviço a um público definido; os quais reúnem o pesquisador, aquele que quer adquirir experiência na universidade com pesquisa - para ingressar em futuros programas de pós-graduação - e também os futuros profissionais que desejam saber mais sobre as temáticas (áreas) a serem desenvolvidas, linhas de pesquisa, entre outros objetivos.

Segundo Miorin (2006, p.3) ainda que responsável por uma pequena parcela da produção mundial, o corpo científico e tecnológico brasileiro se encontra organizado em grupos de pesquisa e está bastante completo, em particular, no que se refere à pesquisa científica.

De acordo com o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)

o grupo de pesquisa é definido como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente[...]cujo fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico; no qual existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa; cujo trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa; e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos. (CNPq, 2013)

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se em base de dados que contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. As informações são atualizadas continuamente pelos líderes dos grupos e o CNPq realiza Censos bi-anual, que são fotografias dessa base corrente.

A formação dos grupos de pesquisa tem fomentado as especialidades do conhecimento e oportunizado a produção científica e tecnológica, bem como o diálogo interdisciplinar permitindo avanço nas soluções de problemas que se apresentam complexo e cujas soluções nem sempre dependem de resultados provenientes de uma única especialidade do conhecimento.

Sustentam Abreu e Almeida (2008, p.9), que é fundamental oportunizar durante sua formação estudos que discutam a pesquisa, sua natureza e o seu fazer. Os professores precisam ser vistos como autores de sua prática e intelectuais capazes de refleti-la e pesquisá-la. Os grupos de pesquisa possibilitam aos alunos serem sujeitos no processo de construção da formação. Cada um poderá contribuir com sua experiência na formação do conhecimento. Afinal sabe-se que o acesso à informação é fundamental para a formação da cidadania e para construção do saber.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

*Não basta saber, é preciso também aplicar;
não basta querer, é preciso também fazer.⁷*

Para a realização desta da pesquisa de cunho teórico e prático, utilizamos alguns métodos de investigação social. Lakatos (2002, p. 155) descreve pesquisa, como procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou as verdades parciais.

Essa realidade é comprovada por meio de técnicas específicas para cada situação e, é efetuada com várias ferramentas que reflete em nosso cotidiano, portanto, define Gil (2002) pesquisa é um processo que utilizando metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Sendo assim, concordamos com Gatti (2002 apud ABREU; ALMEIDA, 2008, p.2), quando afirma que a pesquisa é primeiramente obter conhecimentos sobre alguma coisa. De um modo geral, a necessidade de pesquisar surge a partir de inquietações, perguntas, dúvidas a respeito de algum tema, a busca de respaldo para pensamentos e afirmações.

Tendo em vista que se trata da análise de regimentos, foi realizada uma pesquisa documental, que de acordo com Gil (2002, p.62-3), [...] apresenta algumas vantagens, por ser fonte rica e estável de dados, não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Segundo Hosti⁸ (1969 apud RICHARDSON, 2012, p. 224) “é a aplicação de métodos científicos a uma evidencia documental”.

⁷ Johann Goethe. (1779-1832) escritor alemão e pensador Alemão.

⁸ HOLSTI, O. Content analysis for the social sciences and humanities. Boston: Addison Wesley, 1969.

Também para elaboração dessa pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, periódicos impressos e online, além de outras fontes. E assim,

[...] qualquer que seja a forma de utilização dos documentos o pesquisador precisa conhecer algumas informações sobre eles, como por exemplo, por qual instituição ou por quem foram criados, que procedimentos e/ou fontes utilizaram e com que propósitos foram elaborados. Indicar a natureza dos documentos com que se pretende trabalhar. (HOSTI, 1969 apud RICHARDSON, 2012, p. 224)

Compartilha dessa visão, Lakatos (2002 p. 155), onde inclui ainda: “seleção do tópico, ou problema para investigação, definição e diferenciação do problema, levantamento de hipóteses do trabalho, coleta e sistematização, bem como classificação dos dados, e relatório da pesquisa”.

Ao desenvolver uma pesquisa, deve-se estar atento ao procedimento adotado com total ética, pois é essa a base de conduta para realizar das mesmas exigindo uma competência específica do pesquisador (SOUZA, 2002).

Esta pesquisa resulta numa proposição de regimento para o GPCIn e por isso é também de caráter aplicado. Gil (1999, p. 43) define que a pesquisa aplicada depende de suas descobertas, se enriquece com seu desenvolvimento, e sua característica fundamental é o interesse por sua aplicação, utilização e práticas. Sendo assim, a ação resultante dessa pesquisa terá o intuito de ser utilizar, após aprovação, esse instrumento.

Esta pesquisa utiliza ainda, abordagem qualitativa que, segundo Chizzotti (2001, p.104) “objetiva provocar o esclarecimento de uma situação para uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados dos seus problemas e das condições que os geram a fim de elaborar meios e estratégias para resolvê-los.”

Oliveira (2001, p. 117) afirma que pesquisas qualitativas possuem a facilidade em descrever determinado problema, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo de indivíduos e profissionais.

Na pesquisa documental foram analisados os grupos de pesquisa das universidades federais brasileiras, para verificação desses núcleos e sua institucionalização. No apêndice **A**, são listados os 79 Núcleos e Grupos de pesquisa da UFSC, certificados pelo CNPq para o ano de 2010 (conforme disponibilizado na

página da UFSC no período da pesquisa)⁹. No apêndice **B**, encontram-se regimentos das universidades federais brasileiras, essa busca foi realizada através da internet, e também no site do Centro de Ciências e Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina ¹⁰(CFH, utilizados na elaboração do regimento proposto para o GPCIn. No anexo encontra-se uma tabela com a distribuição dos grupos de pesquisa nas universidades brasileiras, e seus pesquisadores.

Além disso, uma busca foi conduzida em cada centro da UFSC, a respeito dos grupos de pesquisa e seus regimentos, bem como realizada uma entrevista com o coordenador¹¹ da PROPESQ, responsável pelo cadastro e pela aprovação dos núcleos e grupos de pesquisa da UFSC.

Os resultados alcançados na pesquisa estão vinculados à metodologia aqui descrita e incluem a análise e comparação desses grupos de pesquisa, para verificar se estão institucionalizados de acordo com regras e procedimentos, da instituição “mãe” e, deste modo um regimento foi proposto para o GPCIn (ver apêndice **C**), com intuito de formalizar suas atividades, para futuras investigações nesse mesmo âmbito.

No capítulo seguinte, e de acordo com os objetivos desta pesquisa, apresentamos os resultados deste trabalho. Há, inclusive (ver apêndice **C**), uma proposta de minuta do regimento para futura análise e aprovação pelo colegiado do CIN (Departamento de Ciência da Informação) em primeira instância de vinculação do GPCIn, bem como pela unidade CED (Centro de ciências da Educação), Pró-Reitoria de Pesquisa da UFSC (PROPESQ) e demais instâncias necessárias a tramitação desta minuta.

⁹ Cabe ressaltar que em nota divulgada pela UFSC na última semana de novembro de 2013, os dados foram atualizados, ou seja, hoje, são 556 núcleos e grupos, sendo que 136 são consolidados por terem sido criados antes de 2004, 97 em consolidação e 27 em formação. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/?s=PROPESQ&x=0&y=0>>.

¹⁰Universidades federais. CFH. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~pagina/universidades/federal.htm>>. Acesso em 04 dez. 2013.

¹¹Prof. Dr. Elias Machado. Contato: elias@propesq.ufsc.br

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Constatou-se durante a realização deste trabalho, a existência de regimentos em alguns dos grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais brasileiras. Porém, como o universo da pesquisa se apresentou vasto, limitou-se a busca a Universidade Federal de Santa Catarina (ver apêndice A).

A UFSC E OS NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA

Para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ser um pesquisador torna-se fundamental além da formação licenciada, pós-graduada ou doutorada, á necessidade de incentivar a inovação tecnológica em consonância com os desafios atuais. É preciso estar em busca de novas respostas, de velhas questões, porém embasados na pesquisa sempre.

Neste contexto, buscando desenvolver e fortalecer ainda mais os núcleos e grupos da UFSC, a Pró - Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) formulou algumas orientações para que o pesquisador pudesse exercer a liderança em grupos e núcleos de pesquisa dentro da universidade e estar cadastrado no diretório de grupos do CNPq. Tais diretrizes incluem, por exemplo, atualizar o currículo na Plataforma Lattes, enviar um e-mail (e esperar confirmação), atualizar periodicamente o grupo. Se em doze meses não houve atualização, o grupo perde a certificação, atualizar periodicamente o grupo, entre outras informações disponibilizadas na página da PROPESQ de pesquisa. Já para a proposição de projetos de pesquisa entre outras informações relacionadas às pesquisas na UFSC, é possível acessar a página da PROPESQ que pode ser visualizada em: <http://propesq.ufsc.br/home/>.

A última atualização da página onde constam os laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa da UFSC, foi realizada em 2010, ou seja, há três anos não há

atualização, conforme entrevista com o responsável pelo cadastro dos grupos e atualização no CNPq da UFSC¹².

Segundo o resultado da entrevista, desde a atual gestão busca-se uma padronização para essas unidades (os núcleos e grupos de pesquisa), e há um processo de construção da uniformização dos núcleos grupos e laboratórios. Na visão de Campos (1992) o registro escrito é fundamental, pois além de dar ao padrão um caráter oficial, permite o acesso aos usuários que irão melhor utilizá-lo, tornando-se memória tecnológica da organização.

A diferenciação dessas unidades é necessária para formalizar atividades em documentos que orientem a atuação de partes institucionalizadas dentro da UFSC. Na gestão anterior, os grupos, núcleos de pesquisa e laboratórios, não tinham um documento que orientasse como proceder dentro da instituição, apenas seus passos eram norteados pelo CNPq.

Para que o processo de desenvolvimento e combinação de normas técnicas dessas unidades possa ser efetuado é preciso um levantamento de dados dos núcleos e afins pela PROPESQ, para que se possa deliberar um regimento que se aplique a cada uma dessas unidades. Nesse momento os pesquisadores possuem orientações para desenvolvimento de seus grupos, núcleos e laboratórios, entretanto, verificam-se a necessidade de regimentos para institucionalização maior e sistematização, bem como, diferenciação de cada unidade de informação. (essa afirmação foi extraída da entrevista realizada com o coordenador desta atividade na PROPESQ, conforme já nos referimos anteriormente)

Os grupos e núcleos estão divididos entre os centros da universidade, porém nem todos têm espaço físico, pois essa falta de padronização impede que a PROPESQ repasse os recursos recebidos, ou não esteja ciente das necessidades de cada unidade de informação.

Há por outro lado, um espaço reservado à descrição e atividades de tais núcleos que podem auxiliar nesta tarefa institucional, ou seja, o Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq,

onde reúne informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País abrangendo pesquisadores, estudantes, técnicos, linhas de pesquisa em andamento, produção científica, tecnológica e artística geradas

¹² Prof. Dr. Elias Machado. Entrevista realizada na PROPESQ, dia 26 de agosto de 2013.

pelos grupos. Apesar de ser caracterizado por uma base de informações de preenchimento opcional, o universo abrangido pela mesma vem aumentando ao longo do tempo, podendo-se supor ter relativa representatividade da comunidade científica nacional (CARNEIRO; LOURENÇO apud RAPINI, 2007, p.10).

Um núcleo de pesquisa, de acordo com a Universidade de Caxias do Sul (UCS, 2013), se caracteriza como um grupo de pesquisadores com proposta de investigação conjunta, com linhas de pesquisa estabelecidas e enquadradas em áreas de concentração da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC). Os Núcleos de Pesquisa têm por objetivo geral desenvolver atividades de caráter científico, tecnológico, artístico, cultural, didático-pedagógico e de interação com a sociedade, conforme estabelecido no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, 2013)

Os trabalhos desenvolvidos pelos núcleos de pesquisa devem servir de estímulo ao fortalecimento de áreas específicas do conhecimento, e contribuir para efetivar a articulação entre distintos saberes disciplinares e interinstitucionais, fazendo avançar a produção científica e tecnológica. Os núcleos podem congrega professores, estudantes e servidores técnico-administrativos da Universidade.

Para a UFSC, são considerados grupos de pesquisa, os cadastrados na PROPESQ e registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP/CNPq). Na UFSC¹³, hoje, são certificados 533 grupos. Nos últimos três anos, o número de grupos registrados cresceu 3,3% se considerarmos apenas os casos ativos e 13% se levarmos em conta os 9,7% de grupos certificados que estão na condição de desatualizados. As informações contidas no Diretório dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e aos padrões de interação com o setor produtivo.

Além disso, cada grupo é situado no espaço (região, UF e instituição) e no tempo:

Os grupos de pesquisa inventariados estão localizados em universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos de pesquisa cien-

¹³ Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2013/01/ufsc-chega-aos-533-grupos-cadastrados-no-cnpq/>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

tífica, institutos tecnológicos e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais ou ex-estatais. Os levantamentos não incluem os grupos localizados nas empresas do setor produtivo (CNPq, 2013).

No grupo de pesquisa se formam projetos de pesquisa, que são posteriormente estudados nas linhas de pesquisa que estão nos núcleos de pesquisa, sendo colocadas em prática nos laboratórios ou na comunidade acadêmica. Para que essas atividades se realizem a contento a organização administrativa é necessária e isso se dá na medida em que ações são organizadas. O próximo item se refere à criação do regimento do GPCIn.

PROPOSIÇÃO DA CRIAÇÃO DE UM REGIMENTO PARA O GPCIn

Depois de efetuadas leituras de todos os regimentos gerais das universidades federais, fazer o levantamento dos grupos de pesquisa da UFSC, e da verificação de quais tinham regimento. Estabelecemos alguns critérios em consonância com o regimento geral da UFSC e o Núcleo de Pesquisa e Competência Informacional (GPCIn).

O Núcleo de pesquisa tem um objetivo primeiramente intelectual, constituir uma linha de pesquisa para que o pesquisador possa contribuir com pesquisa e desenvolvimento dentro da universidade, e através de suas práticas possam fazer da iniciativa científica um padrão de sucesso na graduação e por graduação

O que na visão de Meegen (2002, p 02) consentimos que,

na busca da qualidade, a padronização é uma ferramenta gerencial que possibilita a transmissão de informações e dos conhecimentos adquiridos. Através da utilização contínua de padrões estabelecidos, ela assegura a performance dos sistemas produtivos, seus processos e operações, permitindo uma maior produtividade e qualidade.

Já o regimento regulamenta a organização, sendo um instrumento organizacional que complementa o organograma, apresentando as seguintes partes: constituição competências e atribuições. É também, um documento oficial que visa estabelecer padrões para as funções e atividades estabelecidas no mesmo, sendo necessário que núcleos e grupos de pesquisa disponham dessa ferramen-

ta para execução de suas rotinas administrativas dentro da universidade. Sendo assim, Myrrha (2004), aborda que padrão é um compromisso documentado, utilizado em comum e repetidas vezes pelas pessoas relacionadas com uma determinada função.

Percebemos, com a análise dos regimentos que para sugestão da minuta alguns conceitos eram comuns aos regimentos analisados como: categoria e finalidade; estrutura ou organização; competência das unidades organizacionais; atribuições básicas dos dirigentes. Sendo um texto legal, o Regimento Interno deverá seguir a redação jurídica, utilizando artigos, parágrafos, incisos e alíneas. E cabe à unidade organizacional a execução de determinadas tarefas relativas à missão da organização, ou ao suporte e apoio às mesmas (ver apêndice C).

Em virtude dessa formalização é possível exercer atividades com controle de qualidade assegurando ao cliente e usuário a certeza de que sempre que buscar, ou desejar, ter determinado serviço de informação encontrara um serviço diferenciado, especializado e de qualidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um regimento interno constitui uma ferramenta de gestão que auxilia no processo de organização e padronização não só de organizações administrativas, mas principalmente de unidades de informação que norteiam e uniformizam seus processos resultando na qualidade dos serviços.

Com a pesquisa executada, foram analisados e comparados os grupos e núcleos de pesquisa, para verificar se estão institucionalizados de acordo com regras e procedimentos, e de acordo com o regimento da UFSC. Assim, foi possível alcançar os objetivos propostos neste trabalho, propor uma minuta de regimento auxiliando nos processos de gestão do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência Informacional (GPCIn) e desenvolver uma análise comparativa de regimentos das universidades federais, para que por meio destes, pudessemos encontrar embasamentos para produção da minuta para o Núcleo.

Durante a pesquisa, que se iniciou em março de 2013, analisou-se os regimentos das Universidades Federais do Brasil (41) (ver apêndice B). Logo buscamos analisar os grupos de pesquisa da UFSC (79)¹⁴ (ver apêndice A) com o propósito de análise para elaboração do regimento interno do Núcleo GPCIn. Percebeu-se, ao longo da pesquisa a falta de conteúdo bibliográfico sobre regimentos na área da Ciência da Informação e Biblioteconomia, embora disseminada noutras áreas.

Observou-se que os núcleos e grupos de pesquisa, aqui referidos como unidades que prestam serviços de informação, devem ser os primeiros a colocar em prática um planejamento, regras, procedimentos e políticas para o desenvolvimento e uniformização das unidades de informação. Entendeu-se que, com os procedimentos definidos, torna-se mais fácil e mais simples desenvolver nas pessoas as habilidades e conhecimentos necessários para a execução das tarefas. Percebeu-se também, quanto à institucionalização de alguns dos grupos e nú-

¹⁴ Laboratórios, Grupos e Núcleos da UFSC. 2010. Disponível em: <www.ufsc.br/paginas/laboratorios.php>. Acesso em 03 dez. 2013.

cleos da UFSC, que muitos destes não dispõem de espaço físico, nem de documentação para receberem recursos para continuidade de pesquisas.

Algumas dificuldades à realização da pesquisa foram à fundamentação teórica, porque não há literatura adequada e disponível sobre regimentos em unidades de informação; sugerimos à título de novos trabalhos um aprofundamento do significado e da importância dos regimentos nas unidades de informação, seja no âmbito da universidade, bem como nas empresas. Observando que a padronização das atividades, por meio de um regimento, como uma ferramenta que trará benefícios de custo, prazos, satisfação do usuário e principalmente qualidade nos serviços oferecidos, medindo o desempenho dos integrantes do Núcleo, de modo que se tenha um bom resultado nas ações vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão. Portanto, para enfatizar o compromisso do GPCIn com a informação de qualidade e credibilidade é preciso a padronização de suas atividades, sabendo ainda assim, que mesmo com o passar dos anos, tais procedimentos precisarão ser atualizados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Roberta Melo de Andrade; ALMEIDA, Danilo Di Manno de. **Refletindo sobre a pesquisa e sua importância na formação e na prática do professor do ensino fundamental “pesquisar A Própria Prática Pedagógica: Uma Ação Possível?”**; São Paulo, n., p.01-10, 2008. Disponível em: <www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/.../3217/105>. Acesso em: 05 jun. 2013

AGES FACULDADE. **Núcleos de pesquisa**. Disponível em: <<http://www.faculdadeages.com.br/nucleodepesquisa/index.html>>. Acesso em: 12 jun. 2013

AGRASSO NETO, Manoel; ABREU, Aline França de. **Conhecimento científico: subsídios para gestão de serviços de referência e informação**. Florianópolis: UFSC, 2009.

ALBRECHT, Karl. **Serviços Internos**. 3.ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004.

ALMEIDA, Maria Olívia Duarte Batistuta; COSTA, Marvile Palis; FREITAS, Teresinha Silva. **Ensino, Pesquisa e Extensão: Compromisso social das universidades**. 2010. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/tcc_teresinha.pdf>. Acesso em: 12 de abr. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Legislação Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm>. Acesso em: 22 maio 2013

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 22 maio. 2013

BRASIL. **DECRETO nº 2.207**, de 15 de abril de 1997. Legislação Federal do Brasil. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1997/2207.htm>> Acesso em: 20 maio. 2013

BRASIL. **DECRETO nº 2.306**, de 19 de agosto de 1997. Legislação Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm>. Acesso em: 20 maio. 2013

BRASIL. **DECRETO nº 6.944/2009**. Legislação Federal do Brasil. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%206.944-2009?OpenDocument>. Acesso em: 20 maio. 2013

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da Informação: Um Recurso Estratégico no Processo de Gestão Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1998.

BERRY, Leonard. **Serviços de Satisfação Máxima: guia prático de ação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CALDEIRA, Paulo da Terra. **RESENHA DICIONÁRIO DE BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA**. PCIOnline, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/848/549>>. Acesso em: 08 out. 2013

CAMPOS, V. Falconi. **Qualidade total: padronização de empresas**. 3. ed. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1992

CARNEIRO, S. J; LOURENÇO, R. Pós-graduação e pesquisa na universidade. in: Viotti, E. B.; Macedo, M. (orgs.), **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, Capítulo 4, p.169-227

CARVALHO, Kátia. **O profissional da informação: o humano multifacetado**. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação, v. 3, n.5, out. 2002. Disponível em: <www8.fgv.br/bibliodata/geral/docs/PIM.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CLASSIFICAÇÃO Brasileira de Ocupação. **Biblioteconomia**. Disponível em:

<<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf>> Acesso em: 08 out. 2013

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451p.

DAVENPORT, T. H. **Reengenharia de Processos**. São Paulo: Campus, 1998.

DEMO, Pedro. **Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade**. Sociedade e Estado, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul./dez. 2002.

DEMO, Pedro. **Educação e Desenvolvimento: Mito e realidade de uma relação quase sempre fantasiosa**. Campinas: Papirus, 1999.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. 9 ed. São Paulo: Papirus, 1994.

DIAS, Rosimeiri Silva, et all. **Serviços: A cultura de serviço interno e suas influências na qualidade do atendimento do cliente externo**. 2008. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg4/anais/T7_0013_0455.pdf>. Acesso em: 16 maio 2013

DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA. DGP. **CNPq Estatística de atualização**. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/diretorioc/fontes/acompanhamento.jsp>>. Acesso em: 13 out. 2013

DIRETRIZES CURRÍCULARES. Cursos de graduação. **Biblioteconomia**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2013

DURHAM, Eunice Ribeiro e Sampaio, Helena. **O setor privado na América Latina: uma análise comparativa. Documento de Trabalho NUPES 3 / 1998**. Disponível em: < <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9809.pdf> >. Acesso em: 05 out. 2013

DUTRA, Joel Souza. **Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas moderna**. São Paulo: Atlas, 2004.

EDUVIRGES, Joelson Ramos. **O Profissional Bibliotecário como gestor de unidade de informação**. Teresina., p.1-13; 2013. Disponível em: <rabci.org/rabci/biblio/author/206?sort=keyword&order=asc>. Acesso em: 18 out. 2013

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. Série Pesquisa em Educação, v. 1.

GESTÃO POR PROCESSOS e a interface humana a: identificando, descrevendo e classificando os processos de gestão de pessoas. In: **VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia; (SEGeT) 2011**; p.9. Disponível em: <www.aedb.br/seget/.../270_A_gestao_por_processos_e_a_interface_hum...>. Acesso em: 14 jun. 2013

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. **Guia para elaboração de regimento interno das secretarias de Estado do Distrito Federal**. 29 p. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.seplan.df.gov.br/planejamento-e-orcamento/manuais/modernizacao-da-gestao/doc_download/321-guia-para-elaboracao-de-regimento-interno.html>. Acesso em: 16 abr. 2013

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretária da administração e de recursos humanos. **Guia para elaboração de um regimento interno**; 2011. Disponível em: <http://www.sarh.rs.gov.br/upload/201204051156361313443086_guia_para_e.601.pdf>. Acesso em: 02 maio 2013.

GROGAN, Denis J. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Brique de lemos, 196 p., 1995.

INSTITUTO Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: **Núcleos de Pesquisas**. 2013 . Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/proppg/index.php/nucleos-de-pesquisa>>. Acesso em: 01 nov. 2013

KOTLER, Philip; HAYES, Thomas; BLOOM, Paul N. **Marketing de Serviços Profissionais**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2002.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2003.

LOPES, R. **Universidade: ensino, pesquisa e extensão**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a12v33n2.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013

MAGNANI, Ivetti. **Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro**. [200-]. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/ivettimagnanit11.rtf>>. Acesso em: 12 abr. 2013

MARAFON, Glaucio José. **A importância dos grupos de pesquisa na formação dos profissionais de geografia agrária: a experiência do NEGEF; CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 284-290, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11832/6923>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

MEEGEN, Rene Alberto Van. **Análise crítica da utilização da padronização no sistema de melhoria dos centros de distribuição domiciliária dos correios**. Qualit@s - Revista Eletrônica - ISSN 1677- 4280- Vol. 3 - 2004 / número 15 2002. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Escola de Engenharia, UFRGS. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10468/000366410.pdf?sequence=1>>. Acesso: 28 jun. 2013

MIORIN, V. F. Novas motivações na formação de profissionais em geografia agrária proveniente de grupos de pesquisa e do comprometimento das IES no desenvolvimento regional. In: **ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio espaciais, II. , 2006**. Uberlândia. Anais... Uberlândia: UFU, 2006 Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iengrup/Pdf/artigo_miorin.pdf>Acesso em: 30 maio. 2013.

MIRANDA, Silvânia V. **Identificando competências informacionais**. Ciência da Informação, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652004000200012>>. Acesso em: 16 out. 2013

MYRRHA, Rubem. Padronização: **A chave para a previsibilidade de uma organização**. 2004. Disponível: <<http://www.indg.com.br/info/artigos/artigos.asp?5>>. Acesso em: 16 out. 2013

NÚCLEO de Estudos e Pesquisas em Competência Informacional. **GPCIn**. Disponível em: <gpcin.webnode.com.br/>. Acesso em: 05 abr. 2013

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 2001.

PERGUNTAS FREQUENTES: Informações gerais, diretório **CNPQ**. Disponível em:<<http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/faq.html#g1> >. Acesso em: 13 maio. 2013

PORTER, Michael. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RAMOS, P. A. B. **A gestão na organização de unidades de informação**. Ciência da Informação, Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, v. 25, n.1, p. 15-55, jan. - abr. 1996. Disponível em: <revistaibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/download/483/438>. Acesso em: 02 out. 2013

RAPINI, Márcia Siqueira. **Interação universidade-empresa no Brasil: evidências do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq**. Estud. Econ. [online]. 2007, vol.37, n.1, pp. 211-233. ISSN 0101-4161. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612007000100008...sci...>. Acesso em 16 out. 2013

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl São Paulo (SP): Atlas, 2012. 334p.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. **A questão da cidadania na sociedade da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr.2000. Disponível em:< www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a4.pdf>. Acesso em: 23 set. 2013.

ROMANI, C. ; BORSZCZ, I. (Org.). **Unidades de informação: conceitos e competências**. Florianópolis: UFSC, 2006

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Marta Silveira; LIMA, Beatriz Mello de; TRINDADE, Rosaria da Paixão. “Ensino, Pesquisa e Extensão: representações sociais de estudantes das licenciaturas da UEFS na perspectiva da qualidade do ensino superior”. In: **Anais do IV Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade**; Set. 2010, Laranjeiras – SE, 2010. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/ivcoloquio/cdcoloquio/eixo_13/e13-44.pdf>. Acesso em: 11 set.2013

SETZER, Valdemar W. **Dado, Informação, Conhecimento e Competência.** DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - n. zero dez/99. Disponível em: <www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html> Acesso em: 15 out. 2013.

SILVA, Iris Carneiro de Santana. **FIDELIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DO ATENDIMENTO A CLIENTES.** 2012. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2012. Disponível em:<http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/graduacao/tcc/2012/tcc_iris_carneiro_de_santana_silva_2012.pdf>. Acesso em: 30 out.2013

SOBRINHO, Álvaro Caetano Pimentel. **DA DOCUMENTAÇÃO À REVOLUÇÃO INFORMACIONAL.** 2007. Disponível em:<artigoscientifico.uol.com.br/uploads/artc_1226527007_96.doc>. Acesso em: 18 out. 2013.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e deontologia: textos para profissionais atuantes em bibliotecas.** Florianópolis: UFSC, Itajaí: UNIVALI, 2002.

TARAPANOFF, K. et al. **Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação.** Ciência da Informação, Brasília, v.29, n.3, p.91-100, set./dez. 2000.

UNIVERSIDADE de Caxias do Sul (UCS): **Núcleos de Pesquisa.** Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/nucleos-pesquisa-e-inovacao-e-desenvolvimento/nucleos-de-pesquisa/>>. Acesso: 11 set. 2013

UNIVERSIDADE Federal do Espírito Santo: UFES. **Grupo de Pesquisa,** 2010. Disponível em:< <http://www.prppg.ufes.br/grupos-de-pesquisa-cnpqufes>. >. Acesso em: 28 set. 2013

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento.** DataGamaZero, Rio de Janeiro, v.3. n.4, ago. 2002b. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago02/Art_02.htm>. Acesso em: 30 maio. 2013.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de informação: como transformar informação em compreensão.** 5.ed. São Paulo: Cultura Editores, 1995. 380 p.

ANEXO

Distribuição dos grupos de pesquisa nas universidades Brasileiras,
CNPq

Fonte: http://dgp.cnpq.br/censos/sumula_estatistica/2010/grupos/index_grupo.htm

Distribuição dos grupos de pesquisa, pesquisadores e doutores segundo a instituição 2010.^{1/}

	Instituição	Grupos	%	Pesquisadores ^{2/}	%
1	USP	1.866	6,8	10.993	6,9
2	UNESP	915	3,3	5.247	3,3
3	UFRJ	929	3,4	4.874	3,1
4	UNICAMP	734	2,7	4.173	2,6
5	UFMG	752	2,7	4.407	2,8
6	UFRGS	701	2,5	4.040	2,5
7	UFSC	514	1,9	2.954	1,8
8	Embrapa	251	0,9	2.845	1,8
9	UFF	546	2	2.935	1,8
10	UFPE	523	1,9	2.886	1,8
11	UFPR	423	1,5	2.722	1,7
12	UNB	422	1,5	2.898	1,8
13	UFBA	484	1,8	3.016	1,9
14	UERJ	346	1,3	2.338	1,5
15	FIOCRUZ/RJ	286	1	2.126	1,3
16	UFSCAR	392	1,4	1.735	1,1
17	UFG	298	1,1	2.086	1,3
18	UFV	303	1,1	1.626	1
19	UFC	325	1,2	1.869	1,2
20	UFPB	352	1,3	1.924	1,2
21	UFRN	223	0,8	1.651	1
22	PUC/SP	219	0,8	1.679	1,1
23	UNIFESP	317	1,2	1.409	0,9
24	UEL	425	1,5	1.700	1,1
25	UFMS	333	1,2	1.573	1

^{1/} Foram relacionadas apenas as instituições com pelo menos 200 doutores cadastrados e estão ordenadas segundo o número de doutores.

^{2/} Não há dupla contagem de pesquisadores e de doutores no âmbito de cada instituição.

Distribuição dos grupos de pesquisa, pesquisadores e doutores segundo a instituição 2010.^{1/}

	Instituição	Grupos	%	Pesquisadores ^{2/}	%
26	UFU	327	1,2	1.662	1
27	UFPA	353	1,3	1.869	1,2
28	UEM	295	1,1	1.475	0,9
29	PUCRS	343	1,2	1.485	0,9
30	UFMT	288	1	1.461	0,9
31	UFES	263	1	1.217	0,8
32	UFPEL	203	0,7	1.091	0,7
33	UFRRJ	202	0,7	1.059	0,7
34	PUC-Rio	200	0,7	964	0,6
35	UFS	196	0,7	1.171	0,7
36	UFAL	254	0,9	1.307	0,8
37	UFJF	205	0,7	1.077	0,7
38	UFCG	169	0,6	1.113	0,7
39	UFMS	248	0,9	1.245	0,8
40	UFLA	97	0,4	741	0,5
41	UTFPR	223	0,8	1.160	0,7
42	UFAM	191	0,7	1.263	0,8
43	UFRRPE	111	0,4	827	0,5
44	PUC Minas	166	0,6	1.131	0,7
45	UNIOESTE	157	0,6	1.068	0,7
46	CNEN	120	0,4	723	0,5
47	UFPI	172	0,6	922	0,6
48	UNIRIO	124	0,5	772	0,5
49	UFMA	160	0,6	885	0,6
50	FURG	130	0,5	698	0,4

^{3/} Total obtido por soma (há dupla contagem de pesquisadores e de doutores, tendo em vista que o pesquisador que participa de grupos localizados em mais de uma instituição foi contado uma vez em cada instituição).

Distribuição dos grupos de pesquisa, pesquisadores e doutores segundo a instituição 2010.^{1/}

	Instituição	Grupos	%	Pesquisadores ^{2/}	%
51	MACKENZIE	144	0,5	759	0,5
52	UECE	131	0,5	783	0,5
53	INPA	63	0,2	650	0,4
54	UDESC	136	0,5	706	0,4
55	UFOP	125	0,5	552	0,3
56	UEFS	129	0,5	780	0,5
57	UNISINOS	97	0,4	536	0,3
58	UESC	107	0,4	696	0,4
59	UEPG	147	0,5	653	0,4
60	UNEB	134	0,5	1.035	0,6
61	INPE	60	0,2	457	0,3
62	UENF	70	0,3	426	0,3
63	UFSJ	98	0,4	494	0,3
64	UPE	117	0,4	773	0,5
65	PUC-PR	98	0,4	623	0,4
66	UESB	132	0,5	796	0,5
67	UEPB	112	0,4	635	0,4
68	UFT	133	0,5	655	0,4
69	UFGD	85	0,3	450	0,3
70	IAC	33	0,1	404	0,3
71	UNICENTRO	105	0,4	787	0,5
72	UCS	103	0,4	484	0,3

Distribuição dos grupos de pesquisa, pesquisadores e doutores segundo a instituição 2010.^{1/}

	Instituição	Grupos	%	Pesquisadores ^{2/}	%
73	ULBRA	120	0,4	578	0,4
74	UFRB	71	0,3	469	0,3
75	UNIMEP	58	0,2	371	0,2
77	UNIFEI	56	0,2	360	0,2
76	UPF	98	0,4	512	0,3
78	UCB-DF	60	0,2	380	0,2
79	UNIFAL/MG	54	0,2	336	0,2
80	UEMS	87	0,3	505	0,3
81	UNEMAT	101	0,4	612	0,4
82	UNINOVE	70	0,3	495	0,3
83	IBU	33	0,1	291	0,2
84	FURB	88	0,3	420	0,3
85	GOIÁS	41	0,1	334	0,2
86	UFVJM	80	0,3	384	0,2
87	CBPF	38	0,1	242	0,2
88	UNIVALI	84	0,3	416	0,3
89	UNIFOR	36	0,1	361	0,2
90	UFTM	60	0,2	326	0,2
91	ITA	37	0,1	214	0,1
Subtotal ^{3/}		21.707	78,9	125.832	78,8
s (361)		5.816	21,1	33.891	21,2
Total^{2/}		27.523	100	159.723	100

APÊNDICE A

Núcleos e Grupos de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina

<http://antiga.ufsc.br/paginas/laboratorios.php>

Centros de Ensino		Grupos/ NUCLEOS de Pesquisa	SITE
CCS			
	NUPRE	Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições	http://www.nuppre.ufsc.br/
	GESPI	Grupo de Estudos sobre Cuidado de Saúde de Pessoas Idosas.	
	NUCRON	Núcleo de Estudos e Assistência em Enfermagem e Saúde à Pessoas com Doenças Crônicas.	
	GAPEFAM	Grupo de Assistência, Pesquisa e Educação na Área da Saúde da Família.	
	C&C	Grupo de Pesquisa Cuidando e Confortando.	
	GIATE	Grupo de Pesquisa em Tecnologias, Informações e Informática em Saúde e Enfermagem	
	GEHCE	Grupo do Estudos de História do Conhecimento da Enfermagem	
	EDEN	Grupo de Pesquisa em Educação em Enfermagem e Saúde.	
	NUPEQUIS-SC	Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Enfermagem, Quotidiano, Imaginário e Saúde de Santa Catarina.	
	PRAXIS	Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Cidadania, Saúde e Enfermagem.	
	NEPEPS	Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação Popular, Enfermagem e Saúde.	
	GEPADES	Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração de Enfermagem e Saúde.	
	NEFIS	Núcleo de Estudos em Filosofia e Saúde. Coordenadora: Dra. Maria Bettina Camargo Bub.	
	GEASS	GRUPO DE ESTUDO NO CUIDADO DE PESSOAS NAS SITUAÇÕES AGUDAS DE SAÚDE	http://geass.paginas.ufsc.br/regimento/
	GRUPESMUR	Grupo de Pesquisa em Enfermagem na Saúde da Mulher e do recém nascido	
		Grupo Cyclops (detentor dos laboratórios Lapix e Telemedicina - HU).	
CED	COMUNIC	Grupo de Pesquisa em Educação e Comunicação	
	GPEFESC	Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina	http://www.ced.ufsc.br/gpefesc/
	ALTERITAS	Grupo de Estudos sobre Diferença, Estereótipos e Educação	
	GES	Grupo de Estudos Surdos	http://www.ges.ced.ufsc.br
		Grupo de Estudos e Pesquisas de Processos de Escolarização em Ambientes Hospitalares	
		Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Cidadania	
	LP6	Educação e Comunicação	
		Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Infância Educação e Escola	
	GPECIn	Núcleo de estudos e pesquisas em competência informacional	http://gpcin.webnode.com.br
		Grupo Criança e Computador	
		Grupo Práticas Docentes e Conhecimentos Pedagógicos	
		Grupo Infância, Comunicação, Cultura e Arte	
		Grupo Material Didático: uso e aprendizagem	
	GEPECISC	Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências	
		Grupo de Pesquisa Pedagogia e Tecnologia	
		Grupo de Educação Científica e Tecnológica e Materiais Multimeios	
		Grupo de Pesquisa de Processos de Educação e Escolarização	
		Grupo de Pesquisa Biblion	
		Grupo de Investigação sobre Ensino de Química	
		Grupo Pandorga: Pesquisa e Ação Cultura em Educação Popular Arte e Cidadania	
		Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências	
	GEPETO	Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho	
		Grupo Tecendo - Educação Ambiental e Estudos Culturais	
	NEPEGEO	Núcleo de Ensino de Geografia	http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nugeo/homepage.html
	NUPEIN	Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância	http://www.ced.ufsc.br/nupein/
Fonte: www.ufsc.br/paginas/laboratorios.php			

Centros de Ensino		Grupos/ Nucleos de Pesquisa	SITE
CFH	GRCC	Grupo Resolução Científica de Conflitos	
	GEDN	Grupo de Estudos sobre Desastres Naturais	
			http://lva.ufsc.br
CFM	GEPEEA	Grupo de Estudos de Processos Eletroquímicos e Eletroanalíticos	
			http://www.grucad.ufsc.br
CSE	GINT	Grupo de pesquisa em economia e finanças internacionais	
			http://www.gelog.ufsc.br/site/
CTC	GAV	Grupo de Engenharia e Análise do Valor	
	GAAMA	Grupo de Acústica Arquitetônica e do Meio Ambiente	
	GEPP	Grupo de Engenharia do Produto e Processo	http://www.grante.ufsc.br
	GT	Grupo de Pesquisa em Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial - GT	http://www.gsigma.ufsc.br
	GVA/LARI	Grupo de Vibrações e Acústica/Laboratório de Vibrações e Acústica	http://www.sinmec.ufsc.br/sinmec/index.html
	GPQCOM	Grupo de Pesquisa em Comunicações	http://gesad.ufsc.br
	GRUCAD	Grupo de Concepção e Análise de Dispositivos Eletromagnéticos	
	GRUCON	Grupo de Pesquisa e treinamento em Comando Numérico e Automação Industrial	http://www.grupoge.ufsc.br
	GELOD	Grupo de Estudos Logísticos da UFSC	http://arq.ufsc.br/infoarq/
			http://www.gthidro.ufsc.br
			http://www.glean.ufsc.br
	GRANTE	Grupo de Análise de Tensões	
	GSIGMA	Grupo de Sistemas Inteligentes de Manufatura	
	SINMEC	Grupo de Simulação Numérica em Mecânica dos Fluidos e Transferência de Calor	http://www.prv.ufsc.br
		Grupo de Gestao da Construcão	
	GESAD	Grupo de Estudos em Saneamento Descentralizado	
	GE	Grupo de Pesquisa Gestão do Espaço	
	INFOARQ	Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura	
	GT HIDRO	Grupo Transdisciplinar em Governança da Água e do Território	
	GLEAN	Grupo de Estudos em Lean Manufacturing	
CCA		Núcleo de Pastoreio Racional Voisin	
CCB	NATSAUDE		
	POLIMAT		

APÊNDICE **B**

Universidades Federais do Brasil.

<http://www.cfh.ufsc.br/~pagina/universidades/federal.htm>

SIGLA	SITE	ESTATUTO	REGIMENTO
UFAC	http://www.ufac.br	http://www.ufac.br/portal/informativos-oficiais/novo-estatuto	http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/reitoria/assessoria-do-orgao-dos-colegiados-superiores/orgao-dos-colegiados-superiores/regimento-geral-da-ufac/view
UNIFAP	http://www.unifap.br	http://www.unifap.br/?fileId=27047	http://www2.unifap.br/ppgdapp/files/2012/03/Regimento_PPGDAPP_2006.pdf
UFAM	http://portal.ufam.edu.br	http://portal.ufam.edu.br/index.php/informacoes-sobre-a-ufam	http://proeg.ufam.edu.br/attachments/143_001_Regimento%20Geral%20da%20UFAM.pdf
UFPA	http://www.ufpa.br	www.portal.ufpa.br/docsege/3359sensu.doc	http://www.portal.ufpa.br/623.pdf
UFOPA	http://www.ufopa.edu.br	http://www.ufopa.edu.br/noticias/2012/junho/projeto-de-estatuto-da-ufopa-ja-foi-encaminhado-ao-consun	http://www.ufopa.edu.br/cfi/regintercencias.pdf
UFRA	http://www.ufra.edu.br	http://www.portal.ufra.edu.br/attachments/-01_estatuto_ufra.pdf	http://www.portal.ufra.edu.br/attachments/-01_regimento_ufra.pdf
UNIR	http://www.unir.br	http://www.secons.unir.br/?pag=estatica&id=57&titulo=Regimento%20Geral	http://www.secons.unir.br/index.php?pag=regimento&cons=1
UFRR	http://www.ufrr.br	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98127.htm	http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7364&tipo_norma=LEI&data=19850912&link=s
UFT	http://www.uft.edu.br	http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,2815/	http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,450/

UFBA	http://www.ufba.br	https://www.ufba.br/sites/www.ufba.br/files/estatuto_regimento/index.html	http://www.extensao.ufba.br/arquivos/legislacao/Estatuto_Regimento_UFBA.pdf
UFRB	http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/legislacao	http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/legislacao	http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/legislacao
UNILAB	http://www.unilab.edu.br	http://www.unilab.edu.br/noticias/2013/03/26/conselho-superior-aprova-estatuto-da-unilab/	http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/04/Resolu%C3%A7ao-007.pdf
UNIVASF	http://www.univasf.edu.br	http://www.univasf.edu.br/acessoainformacao/arquivos/estatuto_novo.pdf	http://www.univasf.edu.br/~cenel/regimento.pdf
UFC	http://www.ufc.br	http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/327-estatuto-da-ufc	http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/326-regimento-geral-da-ufc
UFPB	http://www.ufpb.br	http://www.ufpb.br/avalies/	http://www.ufpb.br/sods/secretaria/regpage.htm
UFCG	http://www.ufcg.edu.br	http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/estatutoDaUfcg.pdf	http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/regimentoDaUfcg.pdf
UFAL	http://www.ufal.edu.br	http://www.ufal.edu.br/arquivos/proginst/legislacao/especifica/Estatuto_Regimento_Ufal.pdf	http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/legislacao/normas/documentos/regimentos/regimento_geral
UFPE	http://www.ufpe.br	www.ufpe.br/dqf/images/documentos/reg_ufpe.pdf	http://www.ufpe.br/pedagogiaca/images/documentos/estatutoufpe.pdf
UFRPE	http://www.ufrpe.br	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65580-21-outubro-1969-407105-estatuto-pe.doc	http://prppg.ufrpe.br/old/Cenapesqreg.htm
UFS	http://www.ufs.br	https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/anexos/2199_estatuto_com_alteracoes_edicao_2010.pdf	https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/.../ufs/0179_regimento_geral_da_ufs.pdf
UFMA	http://www.ufma.br	http://jornalismo.ufma.br/wp-content/uploads/docs/estatuto.pdf	http://sigaa.ufma.br/sigaa/verProducao?idProducao=13620&key=e18cb466968fcb51d3c7ec14f6ad61b2
UFPI	http://www.ufpi.br	www.ufpi.br/arquivos/File/...e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf	www.ufpi.br/arquivos/File/...e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf
UFRN	http://www.ufrn.br	www.sigrh.ufrn.br/sigrh/public/colegiados/.../estatuto_ufrn_2009.pdf	http://www.sigrh.ufrn.br/sigrh/public/colegiados/anexos/regimento_geral_ufrn_2009.pdf
UFERSA	http://www.ufersa.edu.br	http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/83/arquivos/ESTATUTO_DA_UFERSA.pdf	http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/24/Regimento/REGIMENTO.pdf

UNB	http://www.unb.br	http://www.unb.br/unb/documentos/estatuto.php	http://www.unb.br/unb/documentos/regim_geral.php
UFGD	http://www.ufgd.edu.br	www.ufgd.edu.br/face/downloads/estatuto%20UFGD.doc	http://www.ufgd.edu.br/sobre/regimento-geral-ufgd.pdf
UFMS	http://www.ufms.br	http://www.ufms.br/inform/estatuto/	http://www.ufms.br/inform/regimento/regimento/regimento-geral.htm
UFMT	http://www.ufmt.br	http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/normas/estatuto-ufmt.pdf	http://www.ie.ufmt.br/ppge/regimento.htm
UFG	http://www.ufg.br	http://www.ufg.br/page.php?menu_id=112&pos=esq	http://www.ufg.br/page.php?menu_id=112&pos=esq

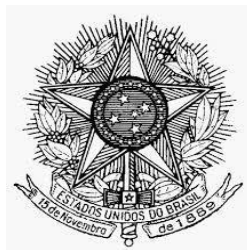
UNIFAL	http://www.unifal-mg.edu.br	http://www.unifal-mg.edu.br/institucional/regimentogeral	http://www.unifal-mg.edu.br/institucional/sites/default/files/REGIMENTO%20GERAL%20com%20altera%C3%A7%C3%B5es%20aprovadas%20Consuni%20em%20vigor_.pdf
UNIFEI	http://www.unifei.edu.br	http://www.unifei.edu.br/files/Estatuto%20da%20UNIFEI.pdf	www.ebah.com.br/content/ABAAfBhSAG/regimento-geral-unifei
UFJF	http://www.ufjf.br	http://www.ufjf.br/portal/files/2009/01/estatuto.pdf	http://www.ufjf.br/prograd/files/2009/02/regimento_geral.pdf
UFLA	http://UFLA.br	www.ufla.br/portal/?page_id=159	http://www.ufla.br/portal/wp-content/uploads/2011/03/REGIMENTO-GERAL-RES-079-2012.pdf
UFMG	http://www.ufmg.br	https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Estatuto	https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Regimento-Geral
UFOP	http://www.ufop.br/	http://www.ufop.br/downloads/EstatutoRegimento/ESTATUTO.pdf	http://www.ufop.br/downloads/cuni0435_certa_2.pdf
UFSJ	http://www.ufsj.edu.br	http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/soces/Estatuto_2011_AlteraVersao2005_AlteradapelaRes044_2012%281%29.pdf	http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/soces/regimentogeralUFSJ.pdf
UFU	http://www.ufu.br/	http://www0.ufu.br/documentos/legislacao/Estatuto_da_UFU.pdf	http://www0.ufu.br/documentos/legislacao/Regimento_Geral_da_UFU.pdf

SIGLA	SITE	ESTATUTO	REGIMENTO
UFV	http://www.ufv.br	www.sic.ufv.br/?area=estatuto	http://www.ufv.br/soc/files/pag/regimento.htm
UFTM	http://www.ufm.edu.br	http://www.ufm.edu.br/proplan/index.php/regulamentacao-institucional/estatuto	http://www.ufm.edu.br/proplan/images/regulamentacao_institucional/regulamentacao_geral/RegimentoGeralUFTM.pdf
UFVJM	http://ufvjm.edu.br	http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=estatuto+ufvjm&source=web&cad=rja&ved=0CEwQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww.grupos.com.br%2Fgroup%2Fforumdoval%2FMessages.html%3Faction%3Ddownload%26year%3D09%26month%3D11%26id%3D1257242265665762%26attach%3DESTATUTO%2520UFVJM.doc&ei=YWqmUYCxMor68gT80IDoAw&usq=AFQjCNHv8nsSCu-U9X15dIlYQv3AFXL86Q&bvm=bv.47008514,d.eWU	www.ufvjm.edu.br/index.php?option=com_docman&task...
UFSCAR	http://www.ufscar.br	http://www.ufscar.br/~cafisio/estatuto.html	http://www.ufscar.br/~soc/arquivos/regimentofinal_ufscar.pdf
UNIFESP	http://www.unifesp.br	http://www.unifesp.br/reitoria/legislacao/estatutos/estatuto.htm	http://proex.unifesp.br/coreme/docs/regimentosenormas/estatuto_geral.pdf
UFABC	http://www.ufabc.edu.br	http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=397&Itemid=73	http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=398&Itemid=73
UFES	http://www.ufes.br	http://www.daocs.ufes.br/Estatuto_UFES.pdf	http://www.daocs.ufes.br/Regimento%20Geral%20da%20UFES.pdf
UNIRIO	http://unirio.br	http://www.unirio.br/estatuto/Estatuto%20UNIRIO%202009%20-%20apresentacao%20-%2030-11-2010.pdf	http://www.proplan.unirio.br/grupo-de-trabalho-da-lei-de-acesso-a-informacao/regimento-interno

UFRJ	http://ufrj.br	http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=ESTATUTO	http://www.procuradoria.ufrj.br/legislacao-1/legislacao-da-ufrj/regimento-geral-da-ufrj
UFF	http://www.uff.br	http://www.uff.br/uffon/arquivos/estatuto/anteprojeto-estatuto-uff.pdf	http://www.uff.br/ouvidoria/?q=content/regimento-interno
UFRRJ	http://www.ufrrj.br	http://www.ufrrj.br/soc/Estatuto/Estatuto%20UFRRJ%20Home%20Page.pdf	http://www.ufrrj.br/soc/Dados/Regimento%20Geral%20UFRRJ%20Home%20Page.pdf
UNILA	http://www.unila.edu.br	http://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/ESTATUTO%20UNILA%20de%2026%20DE%2009(2)(1).pdf	http://unila.edu.br/sites/default/files/files/Regimento%20Interno%20CLIC.pdf
UFPR	http://www.ufpr.br	http://www.ufpr.br/soc/pdf/Estatuto_UFPR.pdf	http://www.ufpr.br/soc/pdf/Regimento_Geral_UFPR.pdf
UTFPR	http://www.utfpr.edu.br	http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/estatuto-1/Estatuto%20da%20UTFPR.pdf/at_download/file	www.utfpr.edu.br/menu-alfabetico/regimento-geral
UFSC	http://www.ufsc.br	www.ufsc.br/paginas/downloads/EstatutoUFSC_062008.pdf	www.ufsc.br/paginas/legislacao_regimento.php
UFFS	http://www.uffs.edu.br	www.uffs.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc	www.uffs.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc...
UFCSPA	http://www.ufcspa.edu.br	www.ufcspa.edu.br/ufcspa/normasedocs/Estatuto.pdf	www.ufcspa.edu.br/index.php/regimento
UFPEL	http://www.ufpel.edu.br	www.ufpel.edu.br/cppd/estatuto.php.htm	www.ufpel.edu.br/pr/concursos/arquivos/Regimento%20UFPEl.doc
UFSM	http://www.ufsm.br	http://www.sucuri.ufsm.br/_outros/pdf/estatuto.pdf	http://sucuri.cpd.ufsm.br/_pdf/docs/regimentog88.pdf
UNIPAM-PA	http://www.unipampa.edu.br	www.unipampa.edu.br/portal/universidade/403	http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/.../Res.-5_2010-Regimento-Geral.pdf
FURG	http://www.furg.br	http://www4.furg.br/paginaFURG/arquivos/menu/000000209.pdf	www.conselhos.furg.br/regimentos/Regimento_ILA.htm
UFRGS	http://www.ufrgs.br	www.ufrgs.br/consun/estatuto.pdf	http://www.ufrgs.br/consun/regimento.pdf

APÊNDICE **C**

MINUTA DE REGIMENTO DO GPCIn



Universidade Federal de Santa Catarina
Campos Universitário - Trindade CEP:88040-900 - Florianópolis – SC
Telefones: 3721-9522 / 3721-4916

*Aprova o Regimento do Núcleo de Estudos
e Pesquisa em Competência Informacional
(GPCIn)*

A CORDENADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM COMPETÊNCIA INFORMACIONAL, vinculada ao Departamento de Ciência da Informação subordinado a Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições deliberou junto aos presentes em reunião de colegiado do CIN e do conselho de unidades do Centro de Ciências da Educação (CED). A aprovação do regimento para o GPCIn.

Este Regimento complementa o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Catarina e regulamenta os aspectos de organização e de funcionamento do Núcleo GPCIn, bem como as atividades de ensino pesquisa e extensão.

Art. 1º Aprovar o regimento do Núcleo de pesquisa em competência informacional.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data da publicação do mesmo no boletim oficial da universidade.

Art. 3º Cumprimento do conjunto de diretrizes e princípios previstos no Regimento do GPCIn são aplicáveis ao conjunto de associados, alunos, e demais usuários deste.

Parágrafo único: *por pesquisa entende-se um modo específico de produção intelectual que objetiva a obtenção de um novo conhecimento, e por conhecimento um saber capaz de dar lugar a uma produção bibliográfica.*

Prof.^a Dra Elizete Vieira Vitorino



Universidade Federal de Santa Catarina
Campos Universitário - Trindade CEP:88040-900 - Florianópolis – SC
Telefones: 3721-9522 / 3721-4916

TITULO I

DAS DISPOSIÇÕES E DAS FINALIDADES

Art. 1º Este regimento define a estrutura do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência Informacional (GPCIn) e disciplina suas atividades.

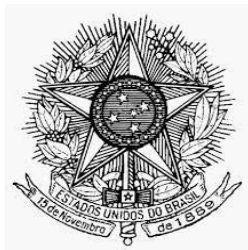
Art. 2º O GPCIn, é um Núcleo de pesquisa, ensino e extensão com o objetivo de reunir alunos e professores de graduação e pós graduação e atender a comunidade da UFSC com finalidade educacional, para o desenvolvimento da Competência Informacional;

Art. 3º Para efeitos deste Regulamento considera-se: Ensino promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber mediante o ensino, publicações ou outras formas de comunicação;

§ 1º Pesquisa entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica ou tecnológica.

§ 2º Extensão como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, e estreita relações universidade- sociedade. Podem ocorrer por meio de palestras, cursos, eventos, consultorias, prestação de serviços, pareceres científicos e demais ações, as quais podem se constituir em projetos de longa duração, junto à comunidade, em processos de mútua interferência.

§ 3º Núcleo de Pesquisa toda e qualquer atividade de natureza investigativa, como objeto e métodos definidos, por um conjunto de pesquisadores que estejam em consonância de suas atividades aprovada pelas instâncias competentes da Universidade Federal de Santa Catarina.



Universidade Federal de Santa Catarina
Campos Universitário - Trindade CEP:88040-900 - Florianópolis – SC
Telefones: 3721-9522 / 3721-4916

TITULO II

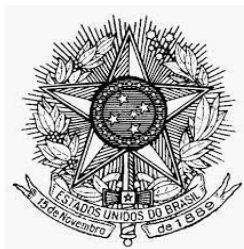
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Compete ao coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência Informacional as atividades de planejar, assessorar, organizar, dirigir, coordenar, e controlar as atividades vinculadas ao GPCIn como:

- i. Programar ações, formular políticas e estratégias, a partir das suas áreas de atuação, englobando graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão;
- ii. Avaliar e orientar as políticas e estratégias das atividades: administrativas, de ensino, de pesquisa e extensão;
- iii. Proporcionar condições para a consolidação e a busca da excelência acadêmica nas suas áreas de atuação, estendendo as ações para convênios de âmbito nacional e internacional;
- iv. Planejar e administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais sob sua responsabilidade;
- v. Colaborar com entidades públicas e privadas em suas áreas de atuação;
- vi. Buscar e propor convênios, na da UFSC;
- vii. Decidir sobre sua organização interna, respeitados o Estatuto, o Regimento Geral e demais regimentos.
- viii. Apresentem proposta com objetivos acadêmicos bem definidos e cumpram os procedimentos para reconhecimento institucional.
- ix. Compete ao núcleo: Adquirir recursos bibliográficos e informativos, em qualquer suporte, proposto pela coordenação do GPCIn, desenvolver procedimentos relativos a projetos de pesquisa e garantir dentro do prazo a execução dos mesmos.

Art. 5º Na ausência do coordenador do GPCIn responderá pelo Núcleo seu vice-coordenador.

Parágrafo único: *Na ausência de ambos será designado um membro ativo e responsável do GPCIn, para o momento em que for necessário responder pelos assuntos do núcleo, como eventos e demais reuniões; Os mandatos dos representantes do corpo discente são de um ano, sendo permitida uma única recondução consecutiva.*



Universidade Federal de Santa Catarina
Campos Universitário - Trindade CEP:88040-900 - Florianópolis - SC
Telefones: 3721-9522 / 3721-4916

TITULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO BÁSICA

Art.6º. De acordo com o estatuto da universidade Federal de Santa Catarina, a qual esse Núcleo está subordinado, este se organizará com estrutura e métodos de funcionamento que preservem o Núcleo nas suas funções de ensino pesquisa e extensão e assegure a plena utilização dos seus recursos materiais e humana vedada à duplicação de meios para fins idênticos.

Art. 7º. Os docentes, pesquisadores e alunos podem se organizar em Grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão, de acordo com áreas de atuação e projetos em comum. Os membros do grupo, sua coordenação e área de atuação. Devem ser formalizados no grupo em conformidade com este regimento.

Parágrafo único: Para fins de organização acadêmica e emissão de certificados aos participantes as atividades precisam ser cadastradas nas instâncias da UFSC.

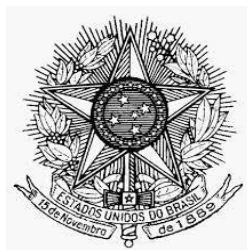
TITULO IV

DA INFRA – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 8º. A Infra estrutura para as atividades desenvolvidas no GPCIn, será provida de acordo com as necessidades, e por meio de recursos provenientes

do orçamento institucional da UFSC, e/ ou patrocínios de órgãos públicos e privados.

Art.9º. O fomento e apoio das pesquisas utilizarão critérios da universidade a qual este regimento esta vinculado. Quanto à submissão de projetos deverá ser feito em conjunto com o líder do grupo de acordo com este regimento.



Universidade Federal de Santa Catarina
Campos Universitário - Trindade CEP:88040-900 - Florianópolis – SC
Telefones: 3721-9522 / 3721-4916

Art. 10 º. Todo material adquirido com recurso próprio, ou por meio de projetos deverá ser registrado em livro ata, de acordo com a gestão vigente.

Art.11º. As atividades de pesquisa serão desenvolvidas, prioritariamente por meio de projetos institucionais Observando este mesmo regulamento.

Art. 12º. As pesquisas organizam-se de acordo com a linha de pesquisa do GPCIn, e poderá em conjunto com o líder em exercício prover uma variação dos temas de pesquisa de acordo com as necessidades que poderão existir.

Parágrafo Único: inclui-se neste artigo todo material doado, ou depositado, recebido por terceiros ou não;

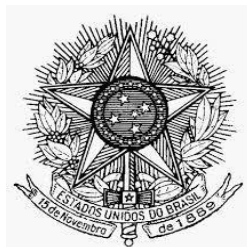
TITULO V

PESQUISA E EXTENSÃO

Art. 13º. A pesquisa na Universidade e, por conseguinte no GPCIn, tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e inter-

nacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.

§ 1º A pesquisa básica é o estudo teórico ou experimental que visa contribuir de forma original e incremental para a compreensão dos fatos, fenômenos observáveis ou teorias, sem ter em vista o seu uso ou a sua aplicação imediata.



Universidade Federal de Santa Catarina
Campos Universitário - Trindade CEP:88040-900 - Florianópolis – SC
Telefones: 3721-9522 / 3721-4916

§ 2º A pesquisa aplicada é realizada para determinar os possíveis usos para as descobertas da pesquisa básica ou para definir novos métodos ou maneiras de alcançar certo objetivo específico e predeterminado

14º. A Extensão organiza e visa discutir de forma ativa, pró-ativa, participativa e articulada ao projeto acadêmico, demandas socialmente exigidas e ofertar programas de educação continuada ou cursos de Extensão à comunidade do entorno e exterior, que venham a acrescentar um conhecimento significativo para a superação das necessidades, assegurando o equilíbrio destes com as inovações que surgem no trabalho acadêmico.

At. 15º. O GPCIn Através do Núcleo deve promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º - O acompanhamento dos trabalhos, projetos, entre outras atividades será feito por meio de reuniões com periodicidade mínimas mensal, previamente agendadas entre o coordenador do Núcleo e seus colaboradores.

Art. 9. Os casos omissos no presente regimento poderão ser excluídos do GPCIn, ou sujeito a penalidades conforme este conforme o estatuto e regimento geral da Universidade Federal de Santa Catarina.